

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CEAD – CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE ARTES VISUAIS**

Mariana Aparecida Schiavon Ferreira

**A docência no Ensino de Artes Visuais sem formação específica:
tensões, dilemas e desafios para a Educação**

Ubá
2019



Mariana Aparecida Schiavon Ferreira

**A docência no Ensino de Artes Visuais sem formação específica:
tensões, dilemas e desafios para a Educação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais da FACEd/UFJF Polo Ubá como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olga Egas

Co-orientador: Prof. Me. Leandro de Souza Silva

Ubá
Maio de 2019

A docência no Ensino de Artes Visuais sem formação específica: tensões, dilemas e desafios para a Educação

Resumo

A inserção do Ensino da Arte no currículo escolar ocorreu apenas em 1971 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 5.692/71. Apesar da Arte ter se tornada obrigatória nas Escolas, muitos problemas contribuíram para a incompreensão da disciplina, como foi o caso de alguns professores sem formação adequada que insistindo em lecionar acabaram tornando o ensino ineficiente. Considerando a história do Ensino de Arte no Brasil, a presente pesquisa visa refletir sobre o perfil e a atuação do professor de Arte sem formação específica na educação básica através de um estudo na Escola Municipal Professor Antônio Araújo de Andrade em Ubá/MG. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado para cinco professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que ministram a disciplina de Artes Visuais buscando entender quais são as tensões, dilemas e desafios na atuação destes profissionais em sala de aula, quais as suas formações, como se preparam para as aulas de Arte, se conhecem os documentos legais que amparam o ensino desta disciplina, como tratam a Arte dentro do currículo escolar, o que fazem para tornar o Ensino de Artes Visuais significativo, quais as dificuldades encontradas na regência desta disciplina, e, como percebem a importância do Ensino de Arte para a formação dos alunos. Ao final, são feitas pontuações sobre a realidade educacional buscando evidenciar a necessidade de se ter professores com formação específica para lecionar a disciplina, além de possíveis sugestões para aperfeiçoar a qualidade e tornar significativo o Ensino de Arte Visuais ofertado.

***Palavras-chave:** Ensino de Arte, Formação docente específica, e, Perfil do professor de Arte.*

1. Introdução

A presente pesquisa baseia-se em discutir as tensões, dilemas e desafios do profissional que leciona a disciplina de Arte a partir de um estudo pautado nos professores que atuam no Anos Iniciais do Ensino Fundamental, turmas do primeiro ao quinto ano, em uma Escola pública do município de Ubá/MG. O objetivo desta investigação é analisar a forma como é conduzida o ensino da disciplina de Artes Visuais por profissionais que não possuem formação específica para enfim discutir a importância desta área de saber e a necessidade da formação específica para atuar como professor de Arte. A educação em Arte é importante para a formação do aluno e deve ser valorizada na Escola pois “propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um

modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação [...]” (BRASIL, 1997, p.19).

O estudo aqui apresentado está estruturado em quatro partes. Na primeira etapa é realizado uma revisão bibliográfica abordando os aspectos históricos do Ensino de Arte a partir dos documentos legais da educação e de alguns pesquisadores como Ana Mae Barbosa, Ferraz e Fusari, e Rosa Iavelberg. Após o embasamento teórico necessário tem início a segunda etapa da pesquisa com a descrição dos passos metodológicos (instrumentos de coleta de dados, método para a análise das informações obtidas, e, a descrição da Escola e do seu contexto). Em seguida, na terceira etapa, são apresentados os dados coletados a partir dos questionários semiestruturados direcionados aos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que lecionam a disciplina de Artes Visuais. Neste momento, as respostas compartilhadas pelos docentes são analisadas e contextualizadas com os teóricos supracitados e com a legislação educacional a fim de refletir sobre a qualidade e a estrutura do Ensino de Artes Visuais ofertado. Na última etapa, com as considerações finais revelam-se as pontuações construídas ao longo da pesquisa, bem como o papel do professor de Arte neste contexto, e, ponderam-se as mudanças necessárias para efetivar e valorizar o Ensino de Artes Visuais na Escola.

2. Histórico

O Ensino de Arte no Brasil sofreu mudanças de acordo com os momentos históricos e as tendências teóricas vigentes em cada época. Desde a chegada dos portugueses no Brasil, os jesuítas iniciaram uma missão evangelizadora que não apenas sufocou a cultura nativa, como também impôs os ensinamentos e a Arte europeia. Somente em 1826 que o Ensino de Arte se tornou oficial no país com a abertura da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro que mantinha o ensino artístico voltado para a formação profissional e o domínio técnico das habilidades. Além de ignorar a Arte brasileira, a fundação desta instituição é considerada como “uma das primeiras invasões culturais que o Brasil sofreu por ação governamental e transformou o gosto local, condenando o barroco brasileiro a ser o desprezado *kitsch* da época” (BARBOSA, 2018, p.331).

A Semana de Arte Moderna em 1922, a Fundação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, e, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932 foram acontecimentos que contribuíram para a consagração do movimento da Escola Nova no Brasil, tendência

responsável por renovar o modelo de ensino vigente na época. Com esta nova metodologia, o professor passa a enxergar o aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem, para Ferraz e Fusari (1993) “a preocupação com o método, com o aluno, seus interesses, sua espontaneidade e o processo do trabalho caracterizam uma pedagogia essencialmente experimental” (FERRAZ; FUSARI, 1993, p.31). As práticas pedagógicas foram remanejadas e o Ensino de Arte buscou atividades que defendiam a liberdade de expressão e o desenvolvimento natural da criança, Rosa Iavelberg (2003) complementa que o “aprender a aprender” se torna mais importante do que aprender os conteúdos, e, naquele momento segundo ela: “priorizavam-se os aspectos psicológicos do desenvolvimento, com ênfase nos aspectos sociais. Os conteúdos eram definidos nas atividades em função das experiências vivenciadas” (IAVELBERG, 2003, p.114). As autoras Ferraz e Fusari (2009) complementam:

O ensino e a aprendizagem de arte referem-se às experimentações artísticas, inventividade e ao conhecimento de si próprio, concentrando-se na figura do aluno e na aquisição de saberes vinculados à sua realidade e diversidade individual. Essa mudança de foco foi muito importante, pois colocou ênfase no educando - ou ser que aprende - e não apenas no conhecimento (FERRAZ; FUSARI 2009, p.51).

Entre as décadas de 60 e 70, em meio a ditadura militar, eclodiu no Brasil uma nova corrente pedagógica de cunho tecnicista que retorna com o Ensino de Arte voltado para o mercado de trabalho em virtude de atender as demandas do capital externo que estavam adentrando o país através das multinacionais. Na pedagogia tecnicista para Ferraz e Fusari (1993, p.32) “o aluno e o professor ocupam uma posição secundária, porque *o elemento principal é o sistema técnico de organização da aula e do curso*”. Se não bastasse, a prática educativa de Arte neste período era ineficiente, uma vez que os professores eram obrigados a atuar em todas as áreas independente da sua formação, além disso, “conhecer mais profundamente cada uma das modalidades artísticas, as articulações entre elas e conhecer artistas, objetos artísticos e suas histórias não faziam parte de decisões curriculares que regiam a prática educativa em Arte nessa época” (BRASIL, 1997, p.24). Sobre as aulas de Arte, Ferraz e Fusari (1993) complementam que:

“Os professores enfatizavam um “saber construir” reduzido aos seus aspectos técnicos e ao uso de materiais diversificados (sucatas, por exemplo), e, um “saber exprimir-se” espontaneístico, na maioria dos casos caracterizando

poucos compromissos com o conhecimento de linguagens artísticas.
(FERRAZ, FUSARI, 1993, p.32)

Em 1961, no governo do presidente João Goulart, foi instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB nº 4.024/61, a mais importante lei brasileira que rege a educação, e, nela foi normalizado o Ensino de Arte de forma optativa sendo citado apenas como uma atividade complementar de iniciação artística. Em seu artigo 26, parágrafo único consta: “Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade” (BRASIL, 1961). Bem como aparece no item IV do artigo 38 que fala sobre a organização do ensino no grau médio e cita como norma incluir “atividades complementares de iniciação artística” (BRASIL, 1961). Sobre esta LDB, Ferraz e Fusari (2009, p.50) complementam que “a arte deixa de ser compreendida como um campo preferencial de saberes sistematizado e, como as demais, tornam-se uma prática para aprimorar a personalidade e hábitos adolescentes”. Mesmo de forma tímida e não tendo alcançado o status no ambiente escolar esta mudança foi muito importante para abrir espaço para a discussão do tema nas leis subsequentes.

Somente em 1971 com a promulgação de uma nova LDB que o Ensino de Arte foi inserido no currículo do Ensino Fundamental sob a nomenclatura de “Educação Artística” através da LDB nº 5.692/71, que em seu artigo 7º destaca: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus [...]” (BRASIL, 1971). Apesar deste avanço, a Arte não era considerada uma disciplina, e, sim, uma atividade educativa marcada por um ensino tecnicista, típico do período da ditadura militar e que não reprovava o educando e nem levava em conta o seu desempenho. Para Corrêa (2007) a LDB nº 5.692/71 deixou indefinido o ensino da educação artística nas Escolas e corroborou para o sentimento de insegurança e despreparo por parte dos professores. Esta nova lei além de exigir formação universitária para trabalhar com a disciplina de Arte a partir da 5ª série, passou também a exigir um professor de perfil polivalente com domínio nas três linguagens (música, artes plásticas e artes cênicas). Porém não havia no mercado de trabalho profissionais formados para atender tal requisito, o que nos leva a refletir sobre vários aspectos, como a desestruturação do Ensino de Arte ao longo dos tempos; a intenção de obrigar o Ensino de Arte antes de criar os cursos de formação para os professores atuarem; como esta decisão impactou a forma como a

disciplina foi tratada ao longo do tempo; e, como contribuiu para fortalecer a ideia de que qualquer professor pode ministrar as aulas de arte mesmo sem ter a formação necessária.

Barbosa (1989) salienta que as universidades não estavam preparadas para tamanha mudança visto que naquela época só existiam cursos para professores de desenho. Com o intento de suprir esta necessidade de forma rápida, foi autorizado em 1973 pelo governo federal os cursos de licenciatura em educação artística de curta duração e com o currículo que citava a necessária polivalência dos conteúdos em música, artes plásticas e artes cênicas. Apesar do esforço, vale a pena questionar se dois anos de estudo é tempo suficiente para aprender o tanto de conteúdo necessário para atuar na sala de aula e contemplar as três linguagens exigidas pela lei.

Barbosa (2002, p.162) completa que a forma generalista e superficial destes cursos contribuiu para dificultar o “conhecimento sistematizado, sua contextualização histórica e a especificidade de cada linguagem artística”. Segundo Iavelberg (2003), tanto despreparo afetou a segurança dos professores como profissionais e acabou resultando na adoção de livros didáticos como alternativa paliativa para sustentar as aulas de Arte, o que seria positivo se fossem livros bem estruturados e de qualidade, mas, infelizmente não foi o caso. Em consonância, Ferraz e Fusari (1993) salientam que a falta de bases teóricas fez com que muitos professores valorizassem as “propostas e atividades dos livros didáticos que, nos anos 70/80, estão em pleno auge mercadológico, apesar de sua discutível qualidade enquanto recurso para o aprimoramento dos conceitos de arte”. Naquela época segundo Fusari e Ferraz (2001) o princípio que regeu a educação artística nas Escolas enfatizava desenvolver o talento e a criatividade do aluno, bem como “a expressividade individual, com técnicas, mostrando-se, por outro lado, insuficiente no aprofundamento da arte, de sua história e das linguagens artísticas propriamente ditas” (FUSARI; FERRAZ, 2001, p.21) o que contribuiu para a ideia equivocada de que apenas as pessoas ditas como talentosas seriam capazes de criar trabalhos artísticos. Se não bastasse, Ferraz e Fusari (2009) ainda critica o tecnicismo exacerbado que foi contemplado pela LDB/71 definindo-a como uma “supervalorização da dimensão técnica da educação, sem bases reflexivas” (FERRAZ; FUSARI, 2009, p.52).

Passados um pouco mais de duas décadas foi promulgada a atual LDB nº 9.394/96 que além de alterar a nomenclatura de educação artística para Arte, incluiu a disciplina na estrutura curricular como área com conteúdo próprio e consolidou a obrigatoriedade do seu ensino na educação básica como pode ser visto no seu artigo 26, § 2º: “o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação

básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996). Em 2017 este parágrafo sofreu alteração com a redação da Lei nº 13.415/2017, e, seu enunciado passou a ser “§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2017).

A fim de sistematizar o conhecimento em Arte no ambiente escolar foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Arte em 1997. Mesmo não sendo obrigado a sua adoção, este documento reconhece o Ensino de Arte como uma área de conhecimento tão importante quanto as demais. Além de tornar a disciplina presente no cotidiano escolar, oferece uma compreensão do significado da Arte para a educação. Iavelberg (2013) completa que o objetivo dos PCNs é “transformar a reflexão e a prática em cada uma das linguagens da Arte para serem trabalhadas separadamente em suas especificidades: artes visuais, dança, música e teatro” (IAVELBERG, 2013, p.4). Segundo a apresentação dos PCNs:

A educação em Arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (BRASIL, 1997, p.15).

Após a promulgação da LDB/96 o sistema educacional brasileiro reconheceu o Ensino de Arte como conhecimento obrigatório na educação básica e, a fim de garantir o seu cumprimento os órgãos públicos passaram a se dedicar na sua melhor inserção ao currículo escolar. Além dos PCNs já comentados, surgiram as resoluções e diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e alguns parâmetros e orientações curriculares do Ministério da Educação (MEC) que contribuíram para aperfeiçoar além do Ensino de Arte a educação em âmbito nacional. Além destes documentos, os professores de Arte têm se organizado para reivindicar o espaço merecido e uma nova conquista se deu com a promulgação da Lei nº 13.278 em 2016 que instituiu um prazo de cinco anos a partir da sua publicação para que os sistemas de ensino tornem as artes visuais, a dança, a música e o teatro, linguagens obrigatórias do componente curricular, além de exigir a formação adequada para todos os professores que lecionam Arte na educação básica (Brasil, 2016).

3. Método/Discussão

A presente pesquisa estrutura-se a partir do estudo que visa investigar o perfil, as tensões, os dilemas e os desafios do professor que leciona a disciplina de Artes Visuais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal da cidade de Ubá. O instrumento para coleta de dados deste estudo consistiu em um questionário semiestruturado composto na sua maioria por questões do tipo abertas possibilitando uma investigação mais aprofundada e ao mesmo tempo dando liberdade para o respondente expressar sua experiência em sala de aula. Segundo Mattar (1994) as questões abertas permitem uma melhor análise das atitudes, deixam o respondente mais à vontade para escrever suas respostas e proporcionam espaço para comentários e esclarecimentos significativos. Para Gil (1999, p.128) o questionário é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. Já para Ribeiro (2008) apud Barbosa (1999) a técnica do questionário tem algumas vantagens, como por exemplo, preservar o anonimato do entrevistado e garantir o tempo necessário para as pessoas pensarem as respostas. Em contrapartida, possui como desvantagens a baixa taxa de respostas que são devolvidas e a inviabilidade em esclarecer alguma afirmação obtida. Buscando incentivar a participação das respondentes no princípio do questionário foi escrito uma breve explicação da pesquisa ressaltando a sua importância e despertando a atenção dos entrevistados para que eles se sintam motivados e devolvam o questionário preenchido.

As informações coletadas foram transcritas com fidelidade. As evidências foram analisadas sob a forma descritiva e articuladas com os referenciais teóricos sem julgamentos pessoais por parte do pesquisador, evitando assim retorcer a realidade descrita pelos entrevistados. Por utilizar diferentes concepções de teóricos e pesquisadores sobre o Ensino de Arte para aprofundar e contextualizar os dados coletados a pesquisa tem a característica de ser do tipo qualitativa. Segundo Ribeiro (2008) a pesquisa qualitativa se desenrola numa situação natural e é abundante em dados descritivos. A autora acrescenta que este tipo de pesquisa “ênfatisa mais o processo do que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (RIBEIRO, 2008, p.132).

A pesquisa de campo foi realizada na “Escola Professor Antônio Araújo de

Andrade”. Esta Escola pertence a rede municipal da cidade de Ubá/MG e foi autorizada a funcionar no ano de 1994. Situa-se no Bairro Jardim Inês Grôppo e atende uma comunidade formada na maioria por famílias de classe média e baixa. Ao todo são 232 alunos matriculados no ano letivo de 2019, distribuídos em 5 salas de educação infantil e 5 salas de Ensino Fundamental I. É uma Escola pequena, muito acolhedora, e, bem organizada. De acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) os objetivos da disciplina Arte são: “ampliar o conhecimento de mundo, manipular diferentes materiais explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio; e, produzir trabalhos de Arte em diferentes linguagens (desenho, pintura, modelagem, colagem) desenvolvendo gosto, cuidado e respeito pela produção e criação”.

Para conduzir este estudo foi realizado um contato formal com a Escola, que foi escolhida pela facilidade de acesso e localização, a fim de explicar os objetivos da pesquisa, a sua importância para o cenário atual da educação, e, bem como para conseguir a autorização para realizar o estudo. O questionário utilizado para a coleta de dados foi enviado para as cinco docentes que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, turno da manhã, conquanto duas das professoras devolveram o questionário em branco. Todavia, participaram da pesquisa três docentes que serão descritas como P1, P2 e P3.

As entrevistadas P2 e P3 possuem curso superior em pedagogia, e, a entrevistada P1 é formada em licenciatura em história. Apenas a docente P2 possui pós-graduação em psicopedagogia. Ou seja, nenhuma das entrevistadas possuem formação específica na área de Arte apesar de lecionarem tal disciplina. Já era sabido de antemão que nesta Escola não existe professor especialista para lecionar Arte, tal como não existe para lecionar qualquer outra matéria específica, visto que para cada turma existe apenas um professor regente que é responsável por todas as matérias do currículo. Mesmo não sendo o ideal, esta é uma prática comum e amparada pelo Conselho Nacional de Educação que publicou em 15 de maio de 2006 a Resolução CNE/CP nº 1 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para orientar os cursos de Pedagogia. Segundo o artigo 5º desta resolução: “o egresso do curso de pedagogia deverá estar apto a: “[...] VI- ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2006, p.2). Bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos publicados em 2010 que em seu artigo 31 corrobora com o direito do professor regente de turma formado em pedagogia lecionar a disciplina de Arte. Segundo este documento:

Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes (BRASIL, 2010, p.9).

Ao serem interrogadas a comentarem se consideram importante ter aulas de Arte na Escola, e a partir de qual série/ano, todas as três professoras disseram que sim, mas, fizeram algumas ressalvas. A entrevistada P2 respondeu: *“É importante que as aulas de artes permeiam toda a vida escolar da criança pois através dela as crianças e adolescentes se expressam resolvendo problemas afetivos ou desenvolvem sensibilidades para conviver com as diferenças”*. Para a entrevistada P3 *“A criança desde muito cedo já está aberta e apta à dimensão artística, a criatividade e a vivência emocional. As dimensões cerebrais que processam a memória e a aprendizagem são as mesmas que processam as emoções: arte”*. Rosa Iavelberg (2003), uma importante pesquisadora da área afirma que a Arte deve ser tratada como uma disciplina indispensável na formação do aluno, e, pontua que:

A arte promove o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos necessários a diversas áreas de estudos; entretanto, não é isso que justifica sua inserção no currículo escolar, mas seu valor intrínseco como construção humana, como patrimônio comum a ser apropriado por todos (IAVELBERG, 2003, p.9).

Diferente das demais entrevistadas, a respondente P1 só considera importante ter aula de Arte *“a partir do 2º ano, quando as crianças estão com 7 anos”*. Apesar da maturidade citada pela professora ser importante, o ideal é que o aluno não seja privado em nenhum momento do saber em Arte, e, em vias educacionais é interessante que este contato inicie o quanto antes, se possível, desde a Educação Infantil. Sobre a importância da Arte para a formação, a teórica Ana Mae Barbosa (2010) afirma que:

Através da Arte, é possível desenvolver a percepção e a imaginação para apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a capacidade criadora de maneira a mudar a realidade que foi analisada (BARBOSA, 2010, p.100).

Quando questionadas se consideram que o Ensino de Arte tem sido significativo para os alunos as respostas foram divergentes. A entrevistada P1, disse que *“Sim. Porque tanto o professor quanto o aluno tem a oportunidade de descobrir habilidades novas, capacidades até então desconhecidas. Até no relacionamento com o outro percebemos novas atitudes”*. A entrevistada P3 também concordou, e, segundo ela o Ensino de Arte *“permite que os alunos manifestem livre e espontaneamente sua criatividade. Um plano*

de aula de artes deve atender ao contexto, faixa etária e outras questões de interesse e que respeite o interesse dos alunos”. Muito além de aperfeiçoar habilidades e manifestar a criatividade o Ensino de Arte precisa ser significativo, e, segundo os PCN’s de Arte:

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender (BRASIL, 1997, p.19).

Com uma visão divergente sobre o assunto, para a entrevistada P2 nem sempre o Ensino de Arte é significativo para os alunos *“Porque não existe programas que venham a atender as habilidades individuais”*. Esta resposta nos faz indagar a relação que esta professora tem com o Ensino de Arte, uma vez que ao fazer esta afirmação, ela acaba desconsiderando o papel da Arte para a formação do aluno, e, reduzindo um conhecimento tão importante, que é direito dos alunos e amparado por leis, a uma questão de dons, talentos e habilidades.

Na questão *“Marque as opções que correspondem as dificuldades que você observa ou vive no Ensino de Arte”* as professoras entrevistadas surpreenderam com as respostas informadas. Dentre as opções preestabelecidas, apenas três foram marcadas com unanimidade, e, são elas: *“Professor atuando sem formação específica”*; *“A falta de programas de especialização e capacitação na área de Arte”*; e, *“A exigência de domínio em múltiplas linguagens artísticas”*. Tal como Corrêa (2007) salienta:

O que vemos são professores despreparados para o ensinamento do que propõem as orientações curriculares e poucos com habilitação específica. Se considerarmos que, segundo os PCNs, o ensino da arte deve estar voltado para as Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro em toda a Educação Básica, as escolas teriam de contar com professores especializados em cada uma dessas atividades para lecionar arte (CORRÊA, 2007, p.111).

Por outro lado, questões como *“A desmotivação do professor”*; *“A qualidade oferecida pelos cursos de formação superior”*; e, o *“Desinteresse dos alunos”* não foram marcados nenhuma vez. Além destas alternativas, foi deixado um espaço em aberto para as professoras citarem algum item que não tenha sido lembrado, ou deixarem qualquer sugestão, mas, nenhuma das entrevistadas fez uso deste recurso. A tabela a seguir ilustra todas as opções apresentadas no questionário e a quantidade de vezes que foram marcadas pelas professoras entrevistadas.

Dificuldades no Ensino de Arte	Marcações
Professor atuando sem formação específica na área.	3
A falta de programas de especialização e capacitação na área de Arte.	3
A desmotivação do Professor.	-
O despreparo do professor.	2
A falta de respeito pelo professor e pela disciplina de Arte.	1
A obrigação em decorar a Escola.	-
A conturbada história e posição do Ensino de Arte nas Escolas a partir dos documentos educacionais legais.	1
A exigência de domínio em múltiplas linguagens artísticas.	3
A qualidade oferecida pelos cursos de formação superior.	-
O uso de cursos a distância (EaD) para a formação superior dos professores de Arte.	-
A falta de técnicas de ensino por parte do professor.	2
Planejamentos e metodologias falhas e incompletas.	1
A falta de estrutura física da Escola (espaços escolares).	1
Salas de aulas superlotadas.	-
O desinteresse dos alunos.	-
A falta de materiais e recursos didáticos.	2
Outros, especifique.	-

Tabela 1 – Dificuldades do Ensino de Arte relatada pelas entrevistadas. Fonte: Autor.

As pesquisadoras Ferraz e Fusari (2001) salientam que a realidade do Ensino de Arte é agravada pela precariedade de professores com formação específica atuando em sala de aula, e, pela inexistência de programas voltados para a capacitação dos docentes. Além disso, pode ser visto que grande parte das respostas marcadas nesta questão envolvem a atuação do professor, e, portanto, é crucial assumir a importância destes profissionais para um ensino de boa qualidade e satisfatório. As autoras acrescentam que:

O trabalho com arte na escola tem uma amplitude limitada, mas ainda assim há possibilidades dessa ação educativa ser quantitativa e qualitativamente bem-feita. Para isso, seu professor precisa encontrar condições de aperfeiçoar-se continuamente, tanto em saberes artísticos e sua história, quanto em saberes sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho de educação escolar em arte (FERRAZ; FUSARI, 1993, p.15).

Na pergunta: “Você concorda com a obrigação do professor de Arte em decorar os espaços escolares? Comente a sua opinião” as entrevistadas P1 e P2 foram contra, mas, ponderaram alguns aspectos. A docente P1 foi enfática ao dizer que “*o objetivo prioritário é trabalhar artes com os alunos, estimulando-os e despertando-os para talentos e habilidades e ajudando assim, aflorar suas potencialidades*”. Já a docente P2 embora disse ser contra ressalta que “*é sempre bom expor o trabalho. A exposição servirá como estímulo ao mesmo*”. A entrevistada P3 por sua vez, não disse nem ser contra e nem ser a favor. Segundo ela “*se este trabalho contar com participação dos alunos, for bem*

planejado, livre e espontâneo, teremos uma bela experiência de aula de arte participativa e comunitária, conectando com toda comunidade escolar". É importante pensar o espaço que o Ensino de Artes Visuais vem ocupando nas Escolas, o valor que é atribuído a disciplina e a sua importância para o currículo. Segundo os PCN's existe um desarranjo entre as formulações teóricas publicadas e o acesso dos professores a elas, o que pode ser justificado pela falta de formação na área ou pela falta de livros sobre o tema "sem falar nas inúmeras visões preconcebidas que reduzem a atividade artística na escola a um verniz de superfície, que visa as comemorações de datas cívicas e enfeitar o cotidiano escolar" (BRASIL, 1997, p.25). O professor de Arte tem muito mais a contribuir para a formação do aluno do que como decorador dos espaços escolares, mas, infelizmente nem sempre o seu papel está bem compreendido no ambiente escolar. Martins (1998) acrescenta:

Ainda é comum as aulas de arte serem confundidas com lazer, terapia, descanso das aulas 'sérias', o momento para fazer a decoração da escola, as festas, comemorar determinada data cívica, preencher desenhos mimeografados, fazer o presente do Dia dos Pais, pintar o coelho da Páscoa e a árvore de Natal (MARTINS 1998, p.12).

Quando questionadas sobre "Qual o seu propósito, ou o que você espera ensinar através das aulas de arte? Explique." A professora P1 respondeu: "*Tenho o propósito de tornar as aulas mais prazerosas e fazer com que os alunos sintam felizes na escola. Também dar oportunidades para melhorar os relacionamentos e mostrarem suas habilidades*". A entrevistada P2 escreveu que o seu propósito é: "*a formação plena do estudante, com pensamentos autônomos e preocupados em encontrar soluções para os locais onde vivem*". Já a entrevistada P3 se isentou em responder esta questão. As respostas obtidas nos questionários parecem estar direcionadas ao ensino de um modo geral do que especificamente para o Ensino de Arte. É difícil um docente que não tenha estudado Arte compreender a dimensão e a importância da disciplina sem ao menos ter feito algum curso de capacitação na área. Segundo os PCNs "A educação em artes visuais requer trabalho continuamente informado sobre os conteúdos e experiências relacionados aos materiais, às técnicas e às formas visuais de diversos momentos da história, inclusive contemporâneos" (BRASIL, 1997, p.45).

Ao serem desafiadas a julgarem a afirmativa "Somente professores com formação específica devem lecionar Arte nas escolas" duas docentes disseram que não. Segundo a entrevistada P1 "*Não concordo. Professores sem habilidade específicas podem proporcionar momentos de prazer e oportunidades de desenvolvimento dos alunos, desde*

que use sua criatividade, boa vontade e interesse para enriquecer suas aulas”. Seguindo contra a afirmativa, a entrevistada P3 escreveu “*Não. Existe uma carência de professores habilitados tão grande que isto, tá inviabilizando o ensino de artes nas escolas*”. Por outro lado, a entrevistada P2 parece concordar com a sentença, e, segundo ela: “*Pessoas formadas especificamente para artes estarão melhor capacitadas. A educação não deve ter espaço para amadorismos*”. Conforme já dito anteriormente e apesar de não ser o ideal, muitos pedagogos acabam lecionando a disciplina de Arte nas escolas, e, o grande problema desta realidade é a falta de especialização destes profissionais que, ou, receberam uma formação superior incompleta, ou, não buscaram uma capacitação adequada para prepará-los para o Ensino de Arte, o que de fato precisa urgentemente de atenção e reparo. Corrêa (2007) enfatiza que a qualidade do ensino está comprometida pela falta de professores especializados e preparados para atuar nas áreas distintas do Ensino de Arte conforme pontua as demandas da legislação vigente. Segundo a autora:

Devido a essa falta de preparo para o ensino da arte em toda a Educação Básica, vislumbramos, novamente, a prática de desenhos mimeografados para serem coloridos (em alguns casos com cores impostas pelos professores) e depois pendurados, em série, em um varal da sala de aula, apresentação de pequenas peças teatrais e danças nas datas comemorativas, que, na maioria das vezes, imitam uma cultura não pertencente ao mundo real do aluno, e ainda a decoração dos murais e da própria escola para festividades (CORRÊA, 2007, p.109).

Sobre a elaboração dos planejamentos para as aulas de Arte a entrevistada P1 respondeu: “*Faço quinzenal, sempre relacionado a algum conteúdo estudado*”, a entrevistada P2 escreveu que elabora seu planejamento “*normalmente a partir das demandas surgidas em sala de aula. Agora temos que seguir as competências específicas constadas na BNCC*”, já a entrevistada P3 não respondeu esta pergunta. Segundo Ferraz e Fusari (1993, p.20) “na escola, os objetivos educacionais em arte a serem alcançados referem-se ao aperfeiçoamento de saberes, pelos alunos (com a ajuda dos professores), sobre o fazer e o pensar artísticos e estéticos, bem como sobre a história dos mesmos”. Enfim, um bom planejamento é um dos requisitos necessários para uma boa aula e, um bom professor de Arte precisa ter domínio e compreensão do tema para ser capaz de elaborar um bom planejamento. Segundo Libâneo (2003):

O planejamento consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os

resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária a tomada de decisões. (LIBÁNEO, 2001, p.123).

Para as pesquisadoras Ferraz e Fusari (1993) o professor precisa ter clareza das suas propostas, e, para melhorar a qualidade do Ensino de Arte “é preciso que organizemos nossas propostas de tal modo que a *arte* esteja presente nas aulas de Arte e se mostre significativa na vida das crianças e jovens” (FERRAZ; FUSARI, 1993, p.15). As autoras complementam:

Em suma, para desenvolver bem suas aulas, o professor que está trabalhando com a arte precisa conhecer as noções e os fazeres artísticos e estéticos dos estudantes e verificar em que medida pode auxiliar na diversificação sensível e cognitiva dos mesmos. Nessa concepção, sequenciar atividades pedagógicas que ajudem o aluno a aprender a ver, olhar, ouvir, pegar, sentir, comparar os elementos da natureza e as diferentes obras artísticas e estéticas do mundo cultural, deve contribuir para o aperfeiçoamento do aluno (FERRAZ, FUSARI, 1993, p.21).

Na pergunta: “Você considera que os professores de diferentes formações estão aptos para lecionar Arte e oferecer um ensino de qualidade? Explique o que eles podem fazer para ofertar um aprendizado significativo para os alunos.” As entrevistadas P1 e P2 disseram que não, e, a entrevistada P3 se absteve a responder. A entrevistada P1 escreveu: “*Não. Eu por exemplo, preparo as aulas de arte de acordo com os temas estudados nas diferentes disciplinas*”, e, de acordo com a entrevistada P2: “*Não. As aulas de artes exigem uma qualificação especializada, bem como dons, habilidades para determinadas propostas. Para uma melhor aprendizagem significativa o professor deverá estudar sempre as artes, ser também um amante das artes*”. O professor tem papel de suma importância para o sucesso e a qualidade do ensino em Arte. Não basta ser “*amante das artes*”, para ser um bom professor, cabe a este profissional uma formação decente, que lhe dê os conhecimentos necessários para conduzir as suas aulas com qualidade e autonomia. Barbosa (2003, p.14) afirma que “somente a ação inteligente e empática do professor pode tornar a Arte ingrediente essencial para favorecer o crescimento individual e o comportamento de cidadão fruidor de cultura e conhecedor da construção de sua própria nação” (BARBOSA, 2003, p.14). Fusari e Ferraz (2001) complementam:

Os estudantes têm o direito de contar com professores que estudem e saibam arte vinculada à vida pessoal, regional, nacional e internacional. Ao mesmo tempo, o professor de Arte precisa saber o alcance de sua ação profissional, ou seja, saber que pode concorrer para que seus alunos também elaborem uma cultura estética e artística que expresse com clareza a sua vida na sociedade (Fusari; Ferraz, 2001, p.53).

Enfim, foi deixado um espaço aberto para sugestões, críticas e comentários. A professora P1 usou o espaço para escrever *“Nos cursos de capacitação poderia tratar também da importância de se trabalhar artes na escola e dar algumas sugestões. Temos agora um livro de artes; que concorre com mais 7 livros. Então fica difícil conseguir este tempo para artes”*. A entrevistada P2 também utilizou o espaço para relatar que *“o ensino de arte no 2º ano apesar de constar na BNCC, não faz parte do currículo do ano escolar em questão.*

4. Considerações finais

As reflexões aqui realizadas indicam que a obrigatoriedade do Ensino de Arte no currículo não garantiu a sua presença em toda a educação básica, muito menos a qualidade necessária para tornar o ensino significativo e o seu reconhecimento como uma disciplina indispensável e tão importante no currículo quanto outra qualquer. Questões relacionadas a estrutura do ensino, como as falhas das leis e diretrizes, a carência de professores especializados em Artes Visuais, o uso mecânico de conceitos prontos sem reflexão, e, a falta de materiais didáticos de qualidade são aspectos que acabaram contribuindo para que a disciplina ficasse aquém no currículo e sem receber a atenção e o valor que merece dada a sua importância para a construção e formação humana.

A realidade aqui investigada retrata que as aulas de Artes Visuais em alguns locais têm sido lecionadas por professores sem formação específica, e, sem nenhum curso de capacitação na área. Apesar destes professores terem consentimento da necessidade de ter uma formação especializada, nada fazem para alterar esta realidade omissa. Levando em consideração a importância e o papel do professor de Arte para a efetivação do ensino é necessário contratar apenas professores especialistas. Se esta ação não for possível, sugere-se investir na qualificação de quem está atuando e não possui formação na área, como é o caso dos pedagogos por exemplo. É necessário facilitar o acesso destes profissionais ao que está sendo publicado pelos pesquisadores da área para que eles possam compreender a relevância desta área de saber, para que repensem a sua atuação em sala de aula e, busquem uma formação complementar na área que lhes dê subsídio para oferecerem um ensino significativo.

Com a análise dos questionários ficou claro que o Ensino de Artes Visuais está incompreendido na educação, após a leitura das respostas foi possível perceber que os professores que não possuem formação específica em Arte estão despreparados para

atuarem em sala de aula, não são capazes de compreender a disciplina e por vezes nem conseguem explorar o potencial dos conhecimentos, como pode ser provado pelo uso de termos vagos nas respostas dadas, como “habilidades”, “maturidade necessária”, “capacidades” e “dons” ao invés de fundamentarem suas respostas a partir das teorias e do conhecimento que deve ser ensinado.

Considerando que o profissional que representa a realidade do Ensino de Arte estar longe do que é idealizado, é necessário exigirmos mudanças que nos conduzam a um ensino efetivo e de qualidade. Precisamos lutar para que as leis vigentes exijam a formação especialista para atuar como professor de Arte, e, que sejam contratados apenas professores com formação na área para lecionarem a disciplina, precisamos exigir cursos de formação superior eficientes e completos, clamar para que os profissionais busquem uma formação complementar e acesso aos conhecimentos publicados pelos teóricos, requisitar que as Escolas ofereçam uma infraestrutura e apoio adequados para uma boa aula, para que os alunos sejam motivados e despertados para o valor intrínseco desta disciplina para a sua formação, e, finalmente, para que a Arte seja compreendida e valorizada como uma área de saber tão importante quanto qualquer outra disciplina do currículo.

5. Referências Bibliográficas

BARBOSA, A. M. T. B. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 3, nº 7, dez. 1989. p. 170 a 182. Disponível em: Recuperado de <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8536/10087>> Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. As Mutações do conceito e da prática. *In: BARBOSA, A. M. T. B. (Org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 13 a 25.

_____. Dilemas da Arte/Educação como mediação cultural em namoro com as tecnologias contemporâneas. *In: BARBOSA, A. M. T. (Org.). Arte/Educação Contemporânea – Consonâncias Internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 98 a 112.

_____. O ensino das Artes Visuais na Universidade. Estudos Avançados, vol. 32, nº 93, dez. 2018. p. 331 a 347. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152641/149109>> Acesso em 12 abr. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p.11.

_____. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. MEC/CNE, 2010.

_____. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

_____. Lei nº 13.145, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CORRÊA, C. C. M. Atitudes e valores no ensino da arte: após a Lei 4024/61 até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96. EccoS, São Paulo, v. 9, nº 1, jan./jun. 2007. p. 97 a 113.

FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. Metodologia do ensino da arte. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

_____. Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições. São Paulo: Cortez, 2009.

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

IABELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. O ensino de arte na educação brasileira. Revista USP, São Paulo, nº 100, dez./jan./fev. 2013-2014. p. 47 a 56.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. 3ª ed. – Goiânia, GO: Alternativa, 2001.

MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. Didática do ensino da Arte: A língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: Editora FTD, 1998.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise. São Paulo: Atlas, 1994.

RIBEIRO, E. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais*, Araxá, nº 4, mai. 2008. p. 129 a 148.